

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1068492 - GO  
(2017/0054886-5)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : ANTÔNIO MENDES PRUDENTE**  
**AGRAVANTE : MARIA DE LOURDES ALVES PRUDENTE**  
**ADVOGADOS : ALESSANDRA REIS - GO012516**  
**ANDREA RODRIGUES ROSSI E OUTRO(S) -**  
**GO018405**  
**AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADOS : MAURÍCIO PEREIRA PRÉVE - SC015655**  
**MARIO CEZAR DE ALMEIDA ROSA - DF027904**

### **EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.

IRRESIGNAÇÃO DA PARTE AGRAVANTE.

**1.** Não há negativa de prestação jurisdicional quando o acórdão recorrido julga de modo claro, coerente e fundamentado a controvérsia, mesmo quando não faz referência expressa a todos os argumentos e artigos indicados nas razões do recurso.

**2.** O efeito suspensivo dos embargos do devedor demanda a garantia do juízo, além da comprovação de risco de dano irreparável ou de difícil reparação a ser experimentado pela parte executada, nos moldes do art. 739-A do CPC/73 (art. 919, § 1º, do NCPC).

**2.1** O Tribunal de origem, soberano na análise das provas, concluiu pela impossibilidade de se suspender a execução, de forma que a revisão do seu entendimento na via especial está obstada pela Súmula 7 desta Corte.

**3.** Agravo interno desprovido.

### **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Marco Buzzi  
Relator